

## Desembargador Ono homenageado no TRT



*Futuro ministro do TST, desembargador Fernando Ono agradece as homenagens. Ao fundo, a partir da esquerda, Soichi Sato (cônsul-geral do Japão em Curitiba), José Mario Kohler (presidente da Amatra-IX), Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães (procuradora-chefe da PRT-9), Wanda Santi Cardoso da Silva (desembargadora-presidente do TRT), Paulo Roberto Hapner (desembargador do TJPR), Marcelo Malucelli (juiz-diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná da Justiça Federal) e Alberto de Paula Machado (presidente da OAB-PR)*

O desembargador do TRT Fernando Eizo Ono, que será empossado no cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho na tarde de 4 de outubro, foi homenageado pela composição plena do Regional, em sessão solene, no último 28 de setembro. Conduzida pela presidente do órgão, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, a solenidade contou com a presença de autoridades externas, magistrados dos primeiro e segundo graus, servidores, membros do Ministério Público, advogados e familiares do homenageado.

p. 3

### Entrevista

**Juiz aposentado do TRT 12ª Victorio Ledra**  
*Primeiro presidente da Amatra-IX*

*"Sou do tempo em que as máquinas de escrever eram mecânicas. As elétricas vieram depois... Os órgãos judiciários eram muito mal equipados. A informática inexistia. E quando apareceu, ao Poder Judiciário não eram disponibilizadas verbas para informatizar-se".* p.2

### Nesta Edição

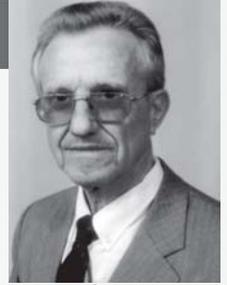
- EAJ aborda linguagem jurídica. p. 4
- Nova sede em Francisco Beltrão. p. 9
- TRT-PR reordena jurisdições. p. 8
- TRT-PR tem novo site. p. 7

## Entrevista

## Victorio Ledra

Juiz aposentando do TRT da 12ª Região e primeiro presidente da Amatra-IX

## “Reuniões de quarta-feira”



iniciou suas atividades profissionais como professor e assistente da Direção no Ginásio Pio XII de Três de Maio (RS). Trabalhou como auxiliar de administração na Secretaria da Administração do estado do Rio Grande do Sul. Simultaneamente lecionou Latim e Literatura Brasileira e Portuguesa no Curso Gosch, em Porto Alegre. Em fins de 1962 bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito da PUC de Porto Alegre. Tem Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé (RS). De 1963 a 1967 exerceu a advocacia. Ingressou na magistratura como juiz do Trabalho substituto em novembro de 1967 nas JCJs de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Santa Cruz do Sul, no RS, até meados de 1971, quando assumiu a presidência da recém-criada JCJ de Brusque (SC), como primeiro titular. De 1971 a fins de 1976, concomitantemente com a magistratura, exerceu o magistério, como professor de Direito Social na Fundação Educacional de Brusque e como professor de Instituições de Direito Público e Privado e de Direito Internacional Privado na Fundação Universidade Regional de Blumenau (SC). De fins de 1976 a meados de 1979 atuou como juiz-presidente da 4ª JCJ de Curitiba. A partir de então atuou com presidente da JCJ de Guarapuava, na condição de primeiro titular. Acumulou a presidência da JCJ de União da Vitória e da recém-criada JCJ de Caçador, nesta também como primeiro presidente. Em fins de 1980 retornou à presidência da JCJ de Brusque. Em fins de 1981 assumiu como juiz togado do TRT da 12ª Região (SC), integrando sua primeira composição, até se aposentar. Durante esse mesmo período exerceu os cargos de corregedor, vice-presidente e presidente. Atualmente exerce a advocacia.

### Como eram as reuniões que culminaram com a criação da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região?

Convidei os demais colegas de primeiro grau de Curitiba para jantarmos juntos numa quarta-feira, após o expediente. Durante o jantar, discutiríamos nossos problemas do dia-a-dia. Foi assim que surgiram as “Reuniões das Quartas-feiras”. Todas as quartas nos reuníamos em redor de uma mesa de jantar e discutíamos assuntos de interesse da jurisdição. Começamos a unificar, com muito proveito prático, uma série de procedimentos. Sob minha coordenação, por delegação dos colegas, passamos a controlar nossas pautas de audiências, de sorte que andassem mais ou menos juntas. Mensalmente definíamos o número de processos que cada juiz incluiria em pauta. Semanalmente um de nós se encarregava de estudar determinada matéria de nosso interesse, previamente escolhida, principalmente de caráter procedimental, mas também de natureza substantiva, expô-la aos demais e propor soluções, que, quando obtinham o apoio da maioria, eram adotadas por todos. Unificamos inúmeros procedimentos e entendimentos. Desenvolvemos nosso espírito de solidariedade. Racionalizamos nosso trabalho e melhoramos nosso relacionamento com os advogados. Numa dessas reuniões sugeri que criássemos a Associação dos Magistrados Trabalhistas da IX Região. A idéia foi bem acolhida e eu encarregado de elaborar o projeto dos estatutos, o que fiz com base nos das Amatras da II Região e da IV Região, das quais provínhamos. Discutidos, aperfeiçoados e aprovados preliminarmente os estatutos, constituímos Comissão Organizadora, cuja coordenação me impuseram, convocamos assembléia geral e fundamos a Amatra IX, da qual fui eleito o primeiro presidente. Em nada e nunca nos faltou o decidido e estimulante apoio da administração do TRT. Em razão de tais circunstâncias, costumei dizer

que nossas reuniões das quartas-feiras, uma espécie de associação de fato, foi o embrião que gerou nossa Amatra IX.

### No dia 5 de agosto de 1977 foi empossada a primeira diretoria da Amatra-IX. Que lembranças o senhor tem daquele dia?

Já se vão 30 anos. Mas algumas lembranças ficaram. Não é usual realizar-se uma sessão solene de um Tribunal para dar posse a uma Associação de Magistrados. Mais comumente, na própria assembléia geral que cria a entidade e aprova seus estatutos a Comissão Organizadora dá posse à primeira diretoria eleita. No caso, porém o próprio Tribunal Regional fez questão de dar posse à diretoria e conselho fiscal em sessão solene, com a presença de todos os seus membros, num ato de invulgar prestígio à entidade nascente. Desde o primeiro momento a Amatra IX contou com o total apoio do TRT da 9ª Região, na pessoa de seu presidente, Alcides Nunes Guimarães, de seu vice, José Luiz Guimarães Falcão e de todos os seus membros, o que foi de grande valia para a novel Associação. Outra recordação muito positiva que me ficou na memória refere-se à honrosa presença de autoridades ilustres, tais como a de todos os juízes presidentes das JCJs do Paraná e de Santa Catarina, do representante da OAB do Paraná, do magistrado Ary Florêncio Guimarães, representando a Associação dos Magistrados do Paraná, do magistrado Antônio Cezar Pereira Viana, presidente da Amatra IV, do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, cujo nome me fugiu da memória e de vários juízes federais, entre outros.

### Passadas quatro décadas desde seu ingresso na magistratura, que diferenças entre aquela época e a atual o senhor experia?

Após 13 anos de afastamento das atividades judicantes sinto-me tão desatualizado que não tenho condições de responder com segurança. Mas as diferenças são muitas e muito profundas. Sou do tempo

em que as máquinas de escrever eram mecânicas. As elétricas vieram depois... Os órgãos judiciários eram muito mal equipados. A informática inexistia. E quando apareceu, ao Poder Judiciário não eram disponibilizadas verbas para informatizar-se. Cito o exemplo do TRT da 12ª Região. Na primeira presidência, do magistrado Rufino, o Tribunal só dispôs de verba que lhe permitiu comprar um primitivo microcomputador. Na presidência do magistrado Cacciarri, nada. Na minha, incluí no orçamento pedido de verba para informatizar os órgãos judiciários de toda a Região. Só me destinaram verba para comprar um microcomputador. A presidente, magistrada Ione, viveu época de penúria sem par. Somente na quinta presidência, do juiz Grillo, já na década de 90, começou realmente o processo de informatização, implementado em nível de primeira e segunda instâncias nos anos sucessivos.

Outra mudança notável que se poderia apontar é a que decorre da ampliação da competência da Justiça do Trabalho. Este problema, por recentíssimo, não vivenciei. Temo que funcione como fator de desaceleração na entrega da prestação jurisdicional no Judiciário Trabalhista, como redutor da tradicional eficiência em matéria de celeridade. Para o jurisdicionado abrangido no âmbito do aumento de competência, os resultados serão altamente benéficos. Mas a sobrecarga de serviço para os magistrados e pessoal de apoio pode vir a tornar-se insuportável, levando-os à exaustão e sérios problemas de saúde, a não ser que o Poder Público equipe o Judiciário Trabalhista, pessoal e materialmente, na proporção do trabalho acrescido com o aumento da competência. Tomara que a realidade não venha a revelar que o Judiciário Trabalhista “buscou sarna para se coçar...”

A íntegra desta entrevista está disponível no site [www.trt9.gov.br/informativonona](http://www.trt9.gov.br/informativonona)

NONA

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: DESEMBARGADORA FEDERAL WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. VICE-PRESIDENTE: DESEMBARGADORA FEDERAL ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA. CORREGEDOR-REGIONAL: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ EDUARDO GUNTHER. DIRETOR-GERAL: OSMAN CESAR BOZZO SILVA. SECRETÁRIA GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO. LINS. ACESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CESAR CALDAS, LUIZ MUNHOZ, JUSSARA ELISA, MARCOS BADDINI E ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, ARQUIVO TRT-PR E DIVULGAÇÃO. APOIO: IRENE PICKER, MARINYR CHILA E VERA GUTMANN. DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL: JOEL GOGOLA E MARCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Rua Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo), 10º Andar, Centro, CEP 80240-010, Curitiba-PR - Fone/Fax: (41) 3310-7171 / [asc@trt9.gov.br](mailto:asc@trt9.gov.br)

# Desembargador Ono homenageado no TRT

**O** desembargador do TRT Fernando Eizo Ono, que será empossado no cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho na tarde de 4 de outubro, foi homenageado pela composição plena do Regional, em sessão solene, no último 28 de setembro.

Conduzida pela presidente do órgão, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, a solenidade contou com a presença de autoridades externas, magistrados dos primeiro e segundo graus, servidores, membros do Ministério Público, advogados e familiares do homenageado.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, Alberto de Paula Machado, saudou o desembargador com a “lembrança sempre viva de sua atuação primorosa” como magistrado, desde quando atuava no primeiro grau de jurisdição. Recordou sentença proferida pelo homenageado no norte do estado, como um exemplo que ainda hoje cita aos advogados mais jovens, de como um juiz independente é a garantia da entrega da Justiça.

A seguir, manifestou-se a procuradora-

chefe da PRT da 9ª Região, Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães, que sublinhou, com emoção, os atributos de humanidade do futuro integrante do TST.

Em seu discurso, o presidente da Amatra-IX, juiz José Mario Kohler, lembrou a trajetória do novo ministro, como aplicador do Direito e administrador do Regional.

O cônsul geral do Japão em Curitiba, Soichi Sato, afirmou que a nomeação à Corte Superior representa uma vitória aos brasileiros de todos os lugares, especialmente aos paranaenses. Acrescentou que ao Japão é motivo de orgulho ver um descendente de seu povo e de sua cultura triunfar em terras estrangeiras, notadamente em um país tão querido, como o é o Brasil para os nipônicos.

Em nome do TRT, a vice-presidente e ouvidora-geral do TRT, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, lembrou o esforço dos já falecidos pais do homenageado, na Assaí dos anos 40 e 50, para contornar as adversidades em geral enfrentadas por imigrantes para que seus filhos estudassem. Teceu um esboço histórico da carreira profissional do desembargador Ono e

elencou suas qualidades mais marcantes - serenidade, paciência, perseverança, trabalho e senso de justiça. Sublinhou o brilho das realizações da gestão presidencial no TRT do homenageado, notadamente na instalação de 14 novas varas, da Comissão de Responsabilidade Social e da Escola de Administração Judiciária, que se aliam a uma sensível melhoria das instalações físicas nos dois graus de jurisdição e aos investimentos na informatização dos serviços. Acrescentou que o futuro ministro “angariou - involuntária, mas merecidamente - um prestígio que nunca aceitou como pessoal, antes transferindo-o todo a este Tribunal como instituição”.

O futuro ministro do TST, Fernando Eizo Ono, em seu pronunciamento, agradeceu, emocionado, a gentileza dos cumprimentos e homenagens de que foi objeto por desembargadores, juízes, membros do Ministério Público, servidores, advogados e convidados. Homenageou seus pais Chujiro e Tamaki, frisando e renovando o compromisso que tem com o Direito, a Justiça do Trabalho e a 9ª Região.



Vice-presidente e ouvidora do TRT, desembargadora Rosalie Michaele Batista saudou, em nome de seus pais, o desembargador Fernando Eizo Ono

## Entrega de homenagens



Desembargador Tobias de Macedo Filho (decano do TRT) entrega ao homenageado a toca com que este atuou na Corte



Desembargador do TRT Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, em nome do Regional, entregou placa que homenageia o futuro ministro



Casal Carmen e Fernando Ono recebem homenagem da Amatra-IX, entregue pelo presidente da entidade, juiz José Mario Kohler



Adelia Lucia De Finis (secretária-geral da Presidência do Tribunal) entregou em nome da Justiça do Trabalho do Paraná um bonsai à família do homenageado

# VI Seminário da EAJ/TRT-PR aborda linguagem jurídica contemporânea

A Escola de Administração Judiciária do TRT do Paraná realizou na tarde de 21 de setembro o seu VI Seminário, abordando o tema “Linguagem Jurídica Contemporânea”. Magistrados, assessores de gabinete de desembargador e assistentes de juízes de Varas do Trabalho acompanharam palestras dos professores Adriana Santos Auzani e Eduardo Sabbag, que falaram respectivamente sobre “Redação: desenvolvimento de competências e habilidades para a produção de texto” e “Redação forense e elementos da gramática”.

O juiz Paulo Ricardo Pozzolo, membro do Conselho Administrativo da EAJ e titular

da 8ª Vara do Trabalho de Curitiba, procedeu à abertura do seminário, apresentando os palestrantes. “O objetivo deste seminário é aperfeiçoar a habilidade de formação de textos de magistrados e servidores”, explicou o juiz. Compôs, ainda, a mesa de abertura o também membro do Conselho da EAJ, juiz substituto Luciano Augusto de Toledo Coelho. O evento foi realizado no auditório da EAJ, em Curitiba.

Graduada e especialista em Letras pela Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco e mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a professora titular da Universidade Tecnológica do Paraná Adriana Santos Auzani falou sobre elementos da comunicação, funções da linguagem e coerência na escrita.

A professora Adriana Auzani afirmou que escrever é uma necessidade para muitos profissionais, e a capacidade de organizar idéias por escrito é uma exigência de todas as áreas do conhecimento. “Informar-se, aprender a pensar e ler o mundo de forma crítica são pré-requisitos para escrevermos um bom texto”,

ensinou a professora em sua palestra.

Por sua vez, o professor de Língua Portuguesa e Direito Tributário, advogado graduado pela USP Eduardo Sabbag, afirmou em sua palestra que “para o operador do Direito, o escrever corretamente assume papel fundamental, pois dia-a-dia utiliza-se da linguagem a fim de exteriorizar com clareza as normas e os conceitos jurídicos”. O professor Eduardo Sabbag enfocou as dúvidas mais rotineiras no ambiente forense e apresentou os fundamentos principais da construção do texto jurídico. Autor de obras literárias sobre o tema, Sabbag apresentou durante sua fala as regras gramaticais que formam a base de sustentação da redação jurídica.

O seminário foi disponibilizado online (imagem e som) aos servidores da Justiça do Trabalho do Paraná, através da Secretaria de Informática do TRT-PR, sendo acompanhado em tempo real em 21 localidades, com 32 conexões e 155 assistentes.

O próximo seminário da EAJ está programado para 19 de outubro sobre o tema “Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho”, com o desembargador Clayton Reis e com o professor José Affonso Dallegrave Neto. Será em Foz do Iguaçu, durante encontro regional da Amatra-IX.



Ao centro, os juízes Paulo Pozzolo e Luciano Coelho, da EAJ, com os palestrantes Adriana Auzani e Eduardo Sabbag

## TRT e DRT do Paraná trocam informações

Magistrados, assessores de gabinete de desembargador e servidores das Varas do Trabalho de Curitiba e região metropolitana participaram, na manhã de 21 de setembro, no auditório da Escola de Administração

Judiciária do TRT-PR, de encontro com auditores fiscais da Delegacia Regional do Trabalho do Paraná, quando receberam informações sobre registro sindical e relações de trabalho.

O encontro faz parte de termo de cooperação técnica firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Justiça do Trabalho para a troca de informações e entendimentos visando à maior integração entre os órgãos.

A vice-presidente e ouvidora-geral do TRT-PR, desembargadora federal do Trabalho Rosalie Michaele Bacila Batista, e a integrante do Conselho Administrativo da EAJ, desembargadora federal do Trabalho Rosemarie Diedrichs Pimpão, receberam o chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Rela-

ções do Trabalho e o coordenador-geral substituto do Registro Sindical da DRT-PR, os auditores fiscais do trabalho André Luiz Grandizoli e Hamilton Cruz. Também compôs a mesa do encontro Elias Martins, chefe da Seção de Relações do Trabalho da DRT-PR.

Os técnicos da DRT-PR apresentaram a magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná temas relacionados à organização sindical e ao Sistema Integrado de Relações de Trabalho (SIRT). Segundo eles, os assuntos abordados estão dentro de um mesmo sistema, o SIRT, que tem como principal objetivo reunir informações sobre relações de trabalho em um único banco de dados, entre elas o novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).

O evento foi acompanhado em tempo real através de 31 conexões com 102 assistentes online.



As desembargadoras Rosalie Michaele Batista (vice-presidente e ouvidora-geral do TRT) e Rosemarie Pimpão (Conselho Administrativo da EAJ) - ao centro - e os técnicos da DRT-PR

## Concurso para juiz do Trabalho substituto: segunda etapa será em 27 de outubro

Foi realizada, nos dias 22 e 23 de setembro, a primeira etapa do XXI Concurso para a Magistratura do Trabalho da 9ª Região (Paraná). Na oportunidade houve a prova de conhecimentos gerais. A fase aconteceu em Curitiba, no campus da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) - bairro Prado Velho.

A segunda etapa do concurso, com prova de conhecimentos específicos, será em 27 de outubro. A terceira (prova de sentença) em 15 de dezembro. E a quarta (exame

oral) em 15 de fevereiro de 2008. A quinta e última fase (avaliação de títulos) acontecerá em data a ser divulgada.

As inscrições ao concurso foram encerradas em 21 de agosto, apontando mais de 2.400 candidatos ao cargo. A relação candidato/vaga, portanto, é de 130 para uma. O concurso destina-se a prover 20 cargos vagos existentes, bem como os que vierem a vagar durante o prazo de validade do processo seletivo. A validade do concurso é de dois anos, contados da publicação no Diário

Oficial da União da lista definitiva dos candidatos aprovados, podendo ser prorrogado uma única vez, por no máximo igual prazo, a critério exclusivo do TRT da 9ª Região.

Sob a supervisão da Comissão de Concurso, a instituição que está fornecendo apoio operacional ao certame é a Associação Paranaense de Cultura (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) - vencedora de pregão eletrônico. O acompanhamento *online* do processo de seleção pode ser feito na página [www.pucpr.br/concursotr9](http://www.pucpr.br/concursotr9).

## Abertas as inscrições do concurso público para cargo de servidor do TRT-PR

O Tribunal do Trabalho do Paraná está com inscrições abertas para concurso público a cargo de servidor, para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva. O site do tribunal ([www.trt9.gov.br](http://www.trt9.gov.br)) possui *link* para acesso ao edital. Os cargos ofertados são de técnico judiciário (nível médio - antigo segundo grau) e analista judiciário (nível superior).

O total de vagas oferecidas para o cargo de técnico judiciário é de 19, com salário

de R\$ 3.145,57, já para analista judiciário são 11 vagas com salários de R\$ 5.164,52 a R\$ 5.752,11.

A inscrição será admitida exclusivamente via internet solicitada no período entre 10 horas do dia 17 de setembro de 2007 e 23 horas e 59 minutos do dia 9 de outubro de 2007, observado o horário oficial de Brasília (DF). A taxa de inscrição para os cargos de técnico judiciário é de R\$ 67,00 e para analista judiciário R\$ 93,00. O

CESPEUnB - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos Universidade de Brasília é o responsável pelo processo seletivo.

Informações sobre requisitos para os cargos, descrição sumária das atividades, especialidade dos cargos, provas, formação de cadastro de reserva, nomeação dos candidatos, dentre outras, podem ser conferidas no edital do concurso, disponível no site do CESPEUnB - [www.cespe.unb.br/concursos/trt92007](http://www.cespe.unb.br/concursos/trt92007)

## Provas do Estágio Supervisionado no TRT-PR com mais de 200 candidatos em todo Paraná

No dia 15 de setembro foi realizada, em Curitiba e nas Varas do Trabalho do interior, a prova objetiva do processo seletivo 2007 do programa de estágio supervisionado para estudantes de 3º grau.

O processo seletivo realizado pelo 9º Regional foi de caráter classificatório, sendo considerada a ordem decrescente da nota obtida na prova objetiva para fins de ordem de convocação.

As instituições de ensino superior interessadas em participar do programa de estágio supervisionado realizaram a pré-seleção dos alunos entre os de maior média aritmética de todas as disciplinas do histórico escolar, cursando o penúltimo ano ou o início do último ano letivo, matriculados nos cursos de Direito, Ciências Contábeis e Informática (Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Sistemas de Informação), desde

que reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Em Curitiba foram cerca de 167 inscritos concorrendo a vagas nos gabinetes, Varas do Trabalho e no setor administrativo. Compareceram 94 estudantes no dia da prova seletiva. No interior, 168 candidatos

pré-selecionados pelas instituições de ensino superior realizaram a prova.

As unidades que aderiram ao programa de estágio receberão os estagiários a partir da primeira semana de outubro. O processo seletivo terá a validade de oito meses. Foi



Candidatos realizando prova do programa de estágio supervisionado do TRT-PR

fixado o valor de R\$ 462,00 a título de bolsa de complementação educacional paga aos estagiários que participarem do programa de estágio supervisionado.

Mais detalhes podem ser conferidos no site do 9º Regional ([www.trt9.gov.br](http://www.trt9.gov.br)).

## Irregularidade de representação processual - Ausência de procuração - Cópia inautêntica - Arts. 13 e 37 do CPC Súmulas 164 e 383 do Tribunal Superior do Trabalho

**E**m se tratando de recurso de revista, especificamente, a Instrução Normativa 23/2003 do TST, recomenda aos advogados que indiquem a numeração da folha correspondente ao documento, para facilitar a análise dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade e agilizar a entrega da prestação jurisdicional.

Ocorrem, porém, várias irregularidades e dentre as mais freqüentes vislumbramos a ausência de procuração nos autos e a apresentação de cópia inautêntica. Ainda que a parte, na fase recursal, não goze dos benefícios contemplados nos artigos 13 e 37 do CPC, por vezes, essas irregularidades passam incólumes quando da interposição de recurso ordinário, mas fatalmente acabam sendo esbarradas na análise prévia de admissibilidade do recurso de revista, pelos tribunais “a quo”, por conta da jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho, consolidada através de suas Súmulas 164 e 383, com o seguinte teor:

**Súmula 164 – PROCURAÇÃO – JUNTADA – NOVA REDAÇÃO** - O não cumprimento das determinações dos §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei n. 8.906, de 4.7.94, e do art. 37, parágrafo único, do Código de Processo Civil, importa o não-conhecimento de recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito.

**Súmula 383 – MANDATO. ARTS. 13 E 37 DO CPC. FASE RECURSAL. INAPLICABILIDADE – I – É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio**

*de procuração, nos termos do art. 37 do CPC, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso só pode ser reputada ato urgente. II - Inadmissível na fase recursal a regularização da representação processual, na forma do art. 13 do CPC, cuja aplicação se restringe ao Juízo de 1º grau.*

Insta sublinhar, outrossim, que pela regra inculpada no art. 830 da CLT, só é válida a cópia de documento, inclusive do mandato ou substabelecimento, provida de autenticação, consoante atual e reiterada jurisprudência daquela alta Corte. Nesse sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL – FOTOCÓPIA NÃO AUTENTICADA – ART. 830 DA CLT – ART. 37 DO CPC - SÚMULA 164 DO TST - Consoante o disposto no art. 37 do CPC, sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em Juízo. Por sua vez, segundo a diretriz da Súmula 164 do TST, o não-cumprimento das determinações dos §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei 8.906/94 e do art. 37, parágrafo único, do Código de Processo Civil importa o não-conhecimento do recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito, não configurada nos autos (TST-AIRR-563/2005-096-15-40.7, 4ª T, DJ 21/09/2007)**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - DEFICIÊNCIA DE TRASLADO - A ausência de autenticação de cópia de procuração**

*outorgando poderes ao subscritor do Agravo de Instrumento evidencia o não-atendimento à exigência contida no art. 830 da CLT e na Instrução Normativa 16, item IX, do TST. Recurso de Embargos de que não se conhece. (TST-E-A-AIRR-205/2002-001-10-00, SBDI-1, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, DJ 03/03/06).*

É também entendimento pacífico naquela alta Corte que a observância da forma legalmente prescrita para a prática do ato processual, já flexibilizada pela possibilidade de declaração de autenticidade das peças pelo próprio advogado, não se revela violadora dos princípios do devido processo legal e da ampla defesa, mas tão-somente um meio para atingir a finalidade do ato, pois a garantia legal à completa prestação jurisdicional, sujeita-se incondicionalmente às normas processuais vigentes.

A regularidade de representação processual, portanto, constitui matéria de ordem pública, que pode e deve ser examinada de ofício pelo julgador em todos os graus de jurisdição (art. 301, § 4º, do CPC).

Nem há que se falar, tampouco, em “direito processual adquirido”, na eventual hipótese de a irregularidade não ter sido detectada pelo juízo de origem, porquanto, como asseverado acima, trata-se de matéria de ordem pública e, na esteira de tal raciocínio, inexistente fundamento razoável, muito menos qualquer respaldo legal para prosseguir no feito sem apontá-la e declarar seus efeitos no processo.

## Desembargadora Rosalie fala a sindicalistas

A vice-presidente e ouvidora-geral do TRT do Paraná, desembargadora federal do Trabalho Rosalie Michaela Bacila Batista, proferiu, em 31 de agosto, a palestra inaugural do V Seminário Jurídico e de Dirigentes Sindicais Rodoviários do Estado do Paraná. A magistrada falou sobre o tema “Conjuntura das negociações coletivas - ações plúrimas e direitos difusos dos trabalhadores”.



A magistrada falou sobre o tema “Conjuntura das negociações coletivas - ações plúrimas e direitos difusos dos trabalhadores”.

O seminário foi realizado nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, e reuniu mais de 60 dirigentes sindicais e advogados, em Curitiba. O evento foi organizado pela FETROPAR - Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná.

## Corregedor fala na OAB de Londrina

O corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Luiz Eduardo Gunther (foto), ministrou palestra, no dia 10 de setembro, no auditório da Subseção de Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil.



O magistrado falou sobre “Princípios do Direito Sindical e Coletivo do Trabalho”. A palestra do desembargador abriu o curso de Direito e Processo do Trabalho da Escola Superior de Advocacia.

# TRT do Paraná tem novo site

Em comemoração ao aniversário de 31 anos de instalação, em 17 de setembro o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região inaugurou seu novo site na internet, através do endereço já conhecido: <http://www.trt9.gov.br>.

As novas páginas foram totalmente reestruturadas, ganhando um visual mais agradável e moderno, mantendo as facilidades já encontradas no site anterior, como a fácil navegação e o acesso direto às informações através de um menu de opções que fica sempre disponível.

Um dos novos serviços que passou a ser oferecido é o sistema "Push", através do qual os advogados e quaisquer outros interessados podem fazer um cadastro online, no qual é informado o seu endereço de e-mail e os processos trabalhistas que deseja acompanhar. A partir disto, o sistema envia diariamente as movimentações ocorridas nos processos selecionados.

Também foram criadas outras seções no site oficial para a divulgação de novas informações, como por exemplo as páginas de "Recurso de Revista", "Responsabili-

dade Social" e da "Ouvidoria".

Uma das premissas seguidas durante a construção das novas páginas era permitir que todo o conteúdo, ou seja, todas as informações que se encontram disponíveis pudessem ser atualizadas diretamente pelas unidades responsáveis pela sua divulgação, sejam unidades administrativas ou judiciárias. Desta forma, torna-se mais ágil a liberação de novas informações e autonomia para seus responsáveis.

No que se refere aos aspectos computacionais do novo site, a tecnologia que foi utilizada no desenvolvimento dos programas também é uma novidade, já que conta com uma linguagem de última geração e está alinhada às definições de padrões estabelecidas a nível nacional pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, inclusive, abrindo novas perspectivas para o desenvolvimento de sistemas na 9ª Região.

Este foi mais um projeto entregue pela Secretaria de Informática conforme especi-



ficação contida em Planejamento Estratégico, cumprindo as previsões de custos e prazos definidos inicialmente. O projeto teve a duração de seis meses e contou com a participação de um servidor da Assessoria de Comunicação nas definições visuais. Todas as demais atividades técnicas relacionadas ao desenvolvimento e implantação foram realizadas por três técnicos da Secretaria de Informática.

## Informatizando

Comissão de Informática do TRT-PR

# Segurança da Informação - Parte II

Embora restritos a aplicações militares durante cerca de duas décadas, os computadores finalmente tornaram-se acessíveis às grandes empresas no final dos anos 50, chegando ao Brasil em 1961. Mas a grande transformação que a Tecnologia da Informação viria a provocar nas relações humanas ainda estava relativamente distante, pois faltava um ingrediente essencial: a conectividade.

Por volta de 1970, antes do surgimento dos chamados *microcomputadores* ou *computadores pessoais*, as redes de computadores começaram a tornar-se tecnicamente viáveis. Foi criada nessa época a ARPANET, a primeira rede de grande alcance. Inicialmente restrita a uso militar, como de costume, essa rede propiciou a criação de um conjunto de tecnologias, algumas das quais voltadas ao intercâmbio eletrônico de mensagens. A evolução dessas tecnologias resultou na criação da rede mundial que hoje chamamos de *internet* e de um dos mais importantes recursos que ela oferece: o correio eletrônico, ou *e-mail*.

Os benefícios imediatos proporcionados pelo uso do correio eletrônico, porém, vêm acompanhados de efeitos desagradáveis. Por se mostrar um eficiente meio de comuni-

cação entre as empresas e seus clientes, o *e-mail* mostrou-se também interessante como meio de divulgação, e passou a ser utilizado em larga escala por anunciantes pouco escrupulosos. Surgiram, assim, as indesejáveis mensagens comerciais não solicitadas, ou simplesmente SPAM. Além de congestionar os meios de comunicação e armazenamento de dados, essas mensagens são utilizadas para a distribuição de programas maliciosos, tais como vírus e programas "espiões" (*spyware*). A vulnerabilidade a ataques efetuados por *e-mail* é maior quando se desconhece os riscos e os cuidados necessários.

Para reduzir a vulnerabilidade a esses ataques, é recomendável evitar o uso de programas que processam e armazenam as mensagens eletrônicas na máquina local (*Outlook* e outros). Estes programas possuem acesso amplo aos discos e arquivos locais e suportam a execução de *scripts* e *plugins*, o que os torna particularmente vulneráveis. Se contaminados por um programa malicioso, podem expor todos os dados e operações efetuadas na máquina. Assim, é preferível utilizar o serviço de *webmail*, acessível através do navegador; obviamente, o navegador também pode possuir suas pró-

prias vulnerabilidades, mas muitos dos programas maliciosos e *scripts* são filtrados e tratados pelo próprio servidor.

A recepção de mensagens contendo anexos exige, também, cuidados especiais. Caso o remetente seja desconhecido, é muito provável que os anexos estejam contaminados. Deve-se, nesse caso, simplesmente apagar, sem abrir, tais mensagens. Caso o remetente seja conhecido, mas o anexo não seja esperado, deve-se confirmar a autenticidade da mensagem. Todos os dados de identificação do remetente podem ser forjados; além disso, a máquina do remetente pode ter sido contaminada por um programa criminoso que envia automaticamente mensagens fraudulentas às listas de contatos nela existentes.

Finalmente, deve-se evitar a divulgação desnecessária de contas de *e-mail* institucional. Em caso de necessidade, deve-se criar conta particular em servidor aberto (*Yahoo*, *Hotmail*, etc.) e preservar a conta oferecida pelo Tribunal para as comunicações relativas à prestação jurisdicional. E, no caso de mensagens enviadas a múltiplos destinatários, deve-se relacioná-los na opção "cópia oculta" (Bcc:), para que a lista de endereços seja preservada.

## E-Rec é bem-sucedido em SP

O sistema E-Rec de acompanhamento informatizado de recursos de revista, criado pela Secretaria de Informática do TRT-PR, está sendo implantado com sucesso em outros regionais. A Secretaria de Assessoramento Jurídico em Admissibilidade de Recursos do TRT de São Paulo vem adotando o sistema, e em uma semana receberam em média 160 processos por dia, e com o E-Rec foi possível a análise daquela demanda em tempo hábil. "O E-Rec realmente melhorou muito para nós em questão de produtividade", garante a assessora responsável pela SAJAR do TRT-SP, Gisella Marcodez Buffulin. Ela conta que o ministro do TST Renato de Lacerda Paiva, em visita àquele Regional, conheceu o sistema e implantou em seu gabinete naquela Corte Superior.

## TRT-PR transfere varas e reordena jurisdições

O Órgão Especial do TRT do Paraná deliberou, em sessão de 24 de setembro, transferir varas do trabalho criadas pela Lei 10.770/2003 e não instaladas, criar varas itinerantes e postos de atendimento, transformar itinerantes em postos e reordenar a jurisdição trabalhistas de diversos municípios do estado. A decisão fundou-se em um estudo previamente elaborado e em expediente da Corregedoria.

Como primeira providência, a 9ª Região passou a contemplar divisão cartográfica embasada em metodologia adotada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - norte (fusão das regiões norte central e norte pioneiro), sul (sudoeste, centro-sul e sudeste), leste (centro-oriental e metropolitana de Curitiba) e oeste (noroeste, centro-ocidental e oeste).

Na região norte, a Vara de Cambará (não instalada) fica transferida para o Fórum de Londrina; os municípios de Cândido de Abreu e Manoel Ribas deixam de integrar a jurisdição do Posto de Pitanga e passam à da Vara de Ivaiporã; é criada vara itinerante (que poderá posteriormente ser convertida

em posto de atendimento) em Colorado, vinculada à Vara de Nova Esperança e que terá jurisdição sobre os municípios de Colorado, Inajá, Itaguajé, Jardim Olinda e Paranapoema; a Vara Itinerante de Ibaiti é transformada em Posto de Atendimento, jurisdicionando o próprio município e os de Conselheiro Mairinck, Jaboti, Japira e Pinhalão; e o redirecionamento da jurisdição sobre o município de Ribeirão do Pinhal, da Vara de Bandeirantes para a sediada em Santo Antonio da Platina.

Para a região oeste, foi autorizada a instalação de Vara Itinerante em Goioerê, vinculada à Vara de Campo Mourão e com jurisdição sobre os municípios de Goioerê, Campina da Lagoa, Juranda, Moreira Salles, Nova Cantu, Quatrocentenário, Rancho Alegre do Oeste e Ubiratã; a instalação de um PA em Palotina, o qual jurisdicionará o próprio município e os de Francisco Alves, Maripá e Terra Roxa (os dois primeiros vindos da jurisdição da VT de Assis Chateaubriand e o último da VT de Marechal Cândido Rondon); e a instalação de uma Vara Itinerante em Medianeira, vinculada ao Fórum de Foz do Iguaçu e que jurisdicionará os municípios

de Diamante do Oeste, Itaipulândia, Mate-lândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Serranópolis do Iguaçu e Céu Azul (este último oriundo da jurisdição de Cascavel).

Na região leste, a 2ª Vara de Colombo (não instalada) fica transferida para o Fórum de São José dos Pinhais; o PA de Rio Negro terá a lotação de dois servidores; um PA será instalado em Campo Largo, vinculado ao Fórum de Curitiba e com jurisdição sobre os municípios de Balsa Nova, Campo Largo e Porto Amazonas, que anteriormente se sujeitavam à jurisdição da Vara de Araucária; instalação de uma Vara Itinerante em Tunas do Paraná, vinculada ao Fórum da capital e manutenção da VT de Castro (e consequente revogação da RA 134/2006).

Por fim, foi decidida também a transferência de três Varas não instaladas - antes previstas para Campo Mourão (2ª), Guarapuava (3ª) e Paranaíba (3ª) - para o fórum de Curitiba, o que permitirá a instalação das 21ª, 22ª e 23ª Varas da capital. Uma destas será especializada nos feitos da Fazenda Pública e de Execução de Penalidade Administrativa.

## Movimentação processual em Curitiba

A movimentação processual nas 20 Varas do Trabalho de Curitiba no primeiro semestre de 2007 apresentou uma tendência de queda. Nas 20 Varas do Trabalho de Curitiba em janeiro de 2007 foram movimentados 82.616 processos, em fevereiro 81.836 processos, em março 81.274 processos, em abril 80.424 processos e em maio, a movimentação processual foi próxima a do mês anterior, com 80.523 processos.

Por movimentação processual entenda-se o trâmite dos processos que estão nas varas do trabalho independentemente da fase em que se encontram, inclusive os que estão em arquivamento provisório (menos os processos remetidos ao Tribunal e ao arquivo definitivo).

No início do segundo semestre a tendência de queda se mantém: em junho foram movimentados 79.453 processos, em

julho 76.267 processos e em agosto 76.201 processos, contudo em relação a este período deve-se levar em consideração a instalação em 15 de junho corrente da Vara do Trabalho de Pinhais. A unidade possui jurisdição sobre os municípios de Pinhais, Piraquara, Campina Grande do Sul e Quatro Barras, que estavam anteriormente sob jurisdição de Curitiba. Os dados fornecidos são da Direção do Fórum de Curitiba.

## Secretarias das Turmas dividem espaço comum

Desde o início de agosto deste ano as secretarias das cinco Turmas do 9º Regional estão instaladas no primeiro andar do Tribunal e dividindo o mesmo espaço.

A estrutura funcional continua a mesma, ou seja, o secretário de cada Turma com três servidores, que observam os dias regimentais para realizações de sessão, sendo as 1ª e 2ª turmas às terças-feiras; as 3ª e 4ª turmas às quartas-feiras e a 5ª turma às quintas-feiras.

A convocação de dois juízes do trabalho para atuar em cada uma das Turmas do 9º

Regional junto ao colegiado dos desembargadores federais do Trabalho, mediante a Resolução Administrativa nº 29/2007, reforçou a necessidade de organização em espaço único das secretarias. “Mesmo porque, agregam papel essencial de apoio ao fluxo dos processos destinados aos convocados, além da organização em cronogramas equilibrados à realização de sessões de julgamento”, ressaltou a secretária da 3ª Turma, Maria Ângela de Novaes Marques.

“O Tribunal foi beneficiado com econo-

mia de espaço para melhor organizar-se”, completou a secretária da 1ª Turma, Elaine Cristina Gelach.

Os secretários das 2ª, 4ª e 5ª turmas, respectivamente, Glória de Fátima Fonseca Marchesini Portugal, Lúcia Barbosa e Almir Soares, além dos já citados, estão otimistas na busca comum de ajustes à nova estrutura.

Foi possível organizar o atendimento ao público externo mediante à instalação de um anúncio eletrônico nas “ilhas” de cada equipe.

## Pleno convoca 10 juízes para o Tribunal

A composição plena do TRT do Paraná deliberou, por resolução administrativa publicada em 3 de setembro, convocar 10 juízes titulares de varas do trabalho para atuarem no segundo grau – dois para cada turma, até 18 de dezembro de 2008.

Os convocados são os juízes Neide Alves dos Santos e Cássio Colombo Filho (para a 3ª Turma); Claudia Cristina Pereira Pinto de Almeida e Reginaldo Melhado (para a 5ª Turma); Dinaura Godinho Pimentel Gomes e Eduardo Milléo Baracat (2ª Turma); Ney Fernando Olivé Malhadas e Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (4ª Turma), Morgana de Almeida Richa e Janete do Amarante (para a 1ª Turma).

# Francisco Beltrão recebe nova sede da Vara do Trabalho em 22 de outubro

**S**erá entregue, em 22 de outubro, pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora federal do Trabalho Wanda Santi Cardoso da Silva, a nova sede da Vara do Trabalho de Francisco Beltrão, sudoeste do estado.

A solenidade, que terá como anfitriã a titular daquela unidade da Justiça do Trabalho do Paraná, juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora, está marcada para às 10 horas e deverá ser prestigiada por autoridades locais e regionais, entre elas a vice-presidente e ouvidora-geral do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista.

A nova sede da Vara do Trabalho de Francisco Beltrão está localizada na Rua Tenente Camargo, 2.322, no centro, e possui área total de 1.049,96 m<sup>2</sup>, em terreno doado pela Prefeitura Municipal. O imóvel onde está instalada a unidade será devolvido ao Patrimônio da União, após a mudança.

A área construída é de 638,90 m<sup>2</sup>. As obras - iniciadas em 18 de janeiro e concluídas em 21 de agosto de 2007 - custaram R\$ 697.838,53, com recursos do orçamento próprio do TRT-PR. Os espaços internos estão distribuídos em dois postos de atendimento bancário, sala para OAB, duas salas de audiência e uma para pré-acordo e outra para atendimento, secretaria, copa e dois gabinetes para juízes, dentre outras dependências padrão da Justiça do Trabalho do Paraná.

Em virtude da mudança de sede, os prazos processuais estarão suspensos na VT de Francisco Beltrão no período de 15 a 19



Nova sede da Vara do Trabalho de Francisco Beltrão

de outubro, conforme portaria assinada pela desembargadora-presidente Wanda Santi Cardoso da Silva e pelo corregedor-regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Luiz Eduardo Gunther.

## Fórum de Londrina abrigará Memorial do Café

**R**eunião nas atuais dependências do Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho de Londrina, realizada na manhã de 20 de setembro, adiantou definições quanto à concepção e execução do “Memorial do Café”, voltado à preservação da história cafeeira no Norte do Paraná, a ser instalado em parte do imóvel da futura sede do foro local - barracões do extinto Instituto Brasileiro do Café no bairro Aeroporto, naquela cidade.

Estiveram presentes, na oportunidade, a vice-presidente do TRT, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista; os juízes titulares de Varas de Londrina, Reginaldo Melhado (6ª VT) e Neide Akiko Fugivala Pedroso (3ª VT e diretora substituta do fórum); o diretor da Secretaria Administrativa do Tribunal, Eladir Prados e o arquiteto do TRT Antônio César Théophilo Gondim. A desembargadora Rosalie informou que a destinação encontra-se definida como Memorial e não como museu. Os presentes ouviram relatório favorável da vice-diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, professora Maria Cristina de Oliveira Bruno, que sublinhou o acerto da valorização de

um tema específico, contextualizado no espaço do memorial. Na véspera, a professora havia conhecido a área reservada a tal destinação e visitado o arquivo e os barracões contíguos, onde encontram-se a documentação do IBC, equipamentos e máquinas para beneficiamento do grão. Representantes das Secretarias Municipais da Agricultura e Abastecimento e da Cultura estiveram presentes, assim como coordenadores e professores de diversos departamentos (Documentação, Direito Público, Arquitetura e Urbanismo) da Universidade de Londrina.

A seguir, a professora Maria Cristina ponderou a necessidade do estabelecimento de uma associação com identidade jurídica própria para gestão compartilhada do memorial, o que facilitaria a captação de recursos junto a instituições financeiras e/ou o aproveitamento de leis de incentivo à cultura, providências assecuratórias da sustentabilidade financeira do projeto. O juiz Reginaldo destacou que a Justiça do Trabalho, em caso tal, seria parceiro colaborador, na condição de cedente do espaço físico, sua conservação e segurança, uma vez que suas atribuições - estritamente jurisdicionais - não guardam relação com

atividades inerentes à administração de espaço cultural. A UEL manifestou interesse na conservação dos documentos do IBC e de autos findos da Justiça do Trabalho, por sua utilidade como fonte de pesquisa para os acadêmicos da instituição.

O diretor do TRT Eladir Prados informou estar em andamento a contratação de serviço de remoção dos documentos para barracão ao lado do que será utilizado pelas varas. O juiz Reginaldo e um dos representantes da municipalidade sugeriram o plantio de pés de café para a composição do paisagismo no local.

Ao final, foi sugerida a composição de um grupo de estudos, sob a orientação da professora Maria Cristina e que será formalizada mediante convites pelo Tribunal. Além de integrantes das entidades representadas, deverão compor o grupo pessoas vinculadas ao Iapar, à Sociedade Amigos dos Museus e a Sociedade Rural do Paraná.

À tarde, a desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista visitou as instalações dos armazéns, acompanhada do atual encarregado pela manutenção do local, João Belizário da Silva, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

## TST indica ministro Dalazen para o CNJ

Em 31 de agosto, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho aprovou a indicação do ministro João Oreste Dalazen, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Gelson Azevedo. Na mesma sessão, o TST aprovou proposta de alteração do artigo 2º do regimento do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para prever que o ministro que representar o TST no CNJ não integrará o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Assim, definiu-se, seguindo a ordem de antiguidade, o nome do ministro Ives Gandra Martins Filho para o CSJT, no lugar do ministro Gelson Azevedo. Após a posse do ministro Dalazen no CNJ será aberta vaga no CSJT para membro do TST.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou em 19 de setembro a indicação do ministro Dalazen para integrar o CNJ como representante do TST. A indicação foi aprovada por 18 votos a favor e nenhum contrário, acompanhando o voto do relator, senador Aloizio Mercadante. A matéria agora será encaminhada ao Plenário do Senado e em seguida para nomeação pelo presidente da República.

# Anteprojeto prevê novos cargos no TRT-PR

**E**stá tramitando no Tribunal Superior do Trabalho o anteprojeto de lei proposto pela 9ª Região da Justiça do Trabalho visando à ampliação de seu quadro de pessoal.

Objeto de matéria administrativa (112/2005-000-90-00.2), a proposição prevê a criação de 630 cargos de provimento efetivo, dos quais 403 de analista judiciário (323 para a área judiciária e 80 para a administrativa) e 227 de técnico judiciário (182 para a área

judiciária e 45 para a administrativa). O anteprojeto contempla também a criação de 133 cargos em comissão, sendo 106 para a área judiciária e 27 para a administrativa, além de 392 funções comissionadas.

A proposição foi aprovada na sessão de 25 de maio de 2007 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O acórdão foi publicado no D.J.U. seção 1, fl. 1.616, em 7 de agosto de 2007, sendo que, em 9 de agosto foi encaminhado à Secretaria do

Pleno do TST para prosseguimento do feito.

Em 15 de agosto deste ano, o anteprojeto foi reatuado no TST como matéria administrativa, tendo sido distribuído em 31 de agosto para ser relatado ao gabinete da ministra Maria de Assis Calsing, onde aguarda inclusão em pauta.

Após esta tramitação, o anteprojeto será encaminhado para análise e aprovação do Conselho Nacional de Justiça, retornando ao TST para envio à Câmara dos Deputados.

## Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários do Trabalho em Fortaleza

**O** Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (7ª Região) sediou o X Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários dos Tribunais do Trabalho, no período de 12 a 14 de setembro de 2007, tendo como tema central “O Processo Eletrônico e a Padronização de Procedimentos e Estruturas Administrativas para Excelência na Implantação do SUAP na Justiça do Trabalho”.

Compareceram do 9º Regional a Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada, Ana Cristina Navarro Lins; o diretor do Serviço de Distribuição dos Feitos de 2ª Instância, Valdir Stremel; o diretor da Secretaria de Precatórios, Vanderlei Crepaldi Peres; o diretor da Secretaria de Processamento Judiciário, Renato Wolf e o diretor do Serviço do Cadastramento Processual, Miguel Sandor Szollosi.

As atividades do evento se diversificaram entre palestras, mesas redondas e debates. A palestra de abertura abordou o tema “Competências humanas para a gestão”, alternando-se temas de interesse geral como o sistema integrado de gestão da informação na Justiça do Trabalho; a utilização do SUAP como ferramenta de administração judiciária e a repercussão do processo eletrônico na gestão documental.

A palestra da desembargadora Flávia Simões Falcão (TRT 10ª) sob o tema “Uma visão sistêmica das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho criado pelo Ato CSJT 27/2007, com vistas à padronização e uniformização dos órgãos da Justiça do Trabalho”, interligou-se com a mesa

redonda da Secretária do Pleno, Ana Lins.

A exposição dos procedimentos do 9º Regional para alcançar a uniformização de jurisprudência foi relatado através do trabalho desenvolvido pela Comissão de Uniformização de Jurisprudência do TRT-PR junto à Seção Especializada, assim como o acompanhamento das decisões das turmas, o trabalho preventivo junto ao Serviço de Distribuição e o boletim de jurisprudência.

Destacou Ana Lins que a apresentação foi realizada dentro do tema recorrente do encontro de não só envidar esforços para informatizar o processo, mas também da qualificação necessária para a implantação de mudanças mais substanciais na atualidade, diante da prestação jurisdicional exigida pela sociedade. “Para que não acabemos por apenas informatizar a burocracia”, frisou Ana Lins.

Na mesa de Precatórios foram abordados temas que acirram os debates, como a “Proposta de reformulação da Instrução Normativa TST 11/97”, a “Revisão de cálculos em precatórios”, tendo o diretor da Secretaria de Precatórios, Vanderlei Peres, instigado os presentes com o tema “Precatórios - Aferição da exaustão orçamentária do devedor pela Justiça do Trabalho: ingerência indevida ou imposição legal?”.



Servidores do TRT-PR Miguel Sandor Szollosi, Vanderlei Crepaldi Peres, Ana Cristina Navarro Lins, Valdir Stremel e Renato Wolf durante o Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários do Trabalho

“Os responsáveis pelas áreas de precatórios nos Tribunais Regionais do Trabalho, em parceria, editarão minuta de substitutivo da IN-TST-11/97, para posterior encaminhamento aos presidentes dos Tribunais e ao TST”, contou Vanderlei. Pelo que, o ministro do TST Ives Gandra Martins Filho, na abordagem de sua palestra - “A informatização da Justiça do Trabalho e o processo virtual - o uso do meio eletrônico na tramitação dos processos”, destacou ao final, a fundamental importância para a Justiça do Trabalho desses eventos, a exemplo do X Encontro realizado em Fortaleza.

O próximo Encontro (XI) será sediado em Brasília (TRT 10ª).

## LIMPEZA NATURAL

*Menos agressivos ao ambiente, limão, vinagre e bicarbonato de sódio podem substituir produtos químicos*

Com poucos ingredientes e alguma disposição, é simples fazer em casa produtos de limpeza que podem ser usados no lugar dos industrializados. Além de agredirem menos o ambiente, os produtos caseiros são menos nocivos também à saúde, e a maioria dos que estão disponíveis no mercado tem substâncias químicas tóxicas que utilizam solventes e cloro, que podem causar disfunções hormonais, alergias e problemas respiratórios. Na hora da faxina, a química pode ser trocada por vinagre, bicarbonato de sódio e limão - os principais ingredientes dos produtos de limpeza caseiros. Em muitos casos, para desengordurar, basta aplicar o vinagre sozinho. Para limpar, em várias situações, não é necessário mais do que o bicarbonato de sódio.

### DESINFETANTE

**Ingredientes:** Sobras de sabão (de preferência feito com gordura vegetal) picadas, 1 litro de álcool líquido, 4 litros de água, Cerca de 30 a 40 folhas verdes de eucalipto ou tintura de eucalipto pronta.

**Modo de preparo:** Deixe as folhas de molho no álcool durante dois dias, até adquirir coloração verde. Ferva um quarto da água com o sabão em fogo baixo, mexendo sempre, até dissolvê-lo. Tire do fogo e junte ao restante da água, acrescentado a tintura das folhas, e misture tudo.

Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR

## Férias sem ansiedade!

Jandira de A. Pereira - Coordenadoria de Psicologia do TRT-PR

**A**nsiedade é positiva quando mantém a pessoa alerta frente a situações de perigo, para que ela possa se prevenir ou se defender e preservar os aspectos de sua vida que lhe são caros.

É produtiva quando faz com que as pessoas se desenvolvam, transformem, criem e vão em frente, buscando cada vez mais a satisfação.

Mas quando a ansiedade vai lentamente se instalando

e passa a ser uma característica da pessoa, pode comprometer vários aspectos da sua vida e requer cuidados!

É muito comum a ansiedade se acentuar nas pessoas que estão fazendo uma reeducação alimentar. A pessoa pensa que está ansiosa em decorrência das mudanças de alguns hábitos alimentares e justifica que, em função de sua ansiedade, não consegue manter os novos hábitos, frustrando, assim, toda e qualquer chance de obter o resultado



que deseja. Antes, em vez de enfrentar sentimentos e conflitos, comia. Agora que este processo foi alterado, não tem mais a comida como suporte, e a perda de alguns quilos

não traz o resultado pretendido de resolver todas as questões não resolvidas, os sentimentos e conflitos “emergem”. Segundo a psicóloga clínica Rosemeire Zago, “Não é a mudança de hábitos que gera ansiedade, mas sim o que isso deixa de ocultar”.

Nas pessoas insatisfeitas com suas condições de trabalho, com suas relações de afeto, com seu estilo de vida e que sabem que precisam fazer uma escolha diferente mas não o conseguem, elevam o nível de ansiedade na proporção direta com que diminuem o seu bem estar e qualidade de vida. São aquelas pessoas que começam a falar sozinhas sobre o fato que as incomoda, passam a ter alterações de sono e baixam a

imunidade de seu corpo. Preferem a situação atual porque, embora insatisfatória, é conhecida, alguns privilégios podem ser perdidos (como viveriam sem eles?), têm dificuldade de sair de sua zona de conforto, dificuldade em mudar comportamentos, questionam sua própria capacidade de sucesso numa nova situação!

E eis que chegam as férias! E esperam que, num passe de mágica as coisas se decidam, sem que sejam elas a ter que tomar alguma atitude! E não conseguem relaxar, percebendo, então, que férias não resolvem conflitos, tampouco fazem escolhas!

Não se resolve em férias, o que numa vida não se resolveu! Férias! Férias são para **re-la-xar**, para se descobrir o prazer de não fazer nada, de ficar na cama até não querer mais, de esquecer de horário, esquecer de celular, hora de andar de pé descalço, de girar o filho no ar, de voltar a ser criança, de se lambuzar com sorvete sem medo de se sujar. É hora de lembrar de namorar sem hora, de sentir o sol no rosto, ouvir passarinho cantar, comer fruta no pé, ficar forte, gritar, se apaixonar pela vida porque logo, logo é hora de voltar! E agora, mais saudável, fortalecido, descansado, é hora de trabalhar, quem sabe com força para poder arriscar, e escolher diferente e descobrir, surpresa, porque perdeu tanto tempo para se realizar!

## Ciclo de Palestras aborda nutrição

O Serviço de Desenvolvimento e Benefícios, vinculado à Secretaria de Recursos Humanos do TRT, promove desde setembro o Ciclo Permanente de Palestras, com temas diversos relacionados à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida. O projeto volta-se ao oferecimento de informações e orientações práticas e objetivas que promovam a saúde física e mental.

A palestra inaugural do projeto, realizada na manhã de 26 de agosto, teve por objeto a nutrição funcional, com o título “Mecanismos neuro-endócrinos para estimular a saciedade e queimar calorias”. O evento, realizado no auditório da Escola de Administração Judiciária, foi transmitido em tempo real via internet para as unidades de primeiro grau de todo o interior do estado.

## Campanha “Biblioteca Solidária”

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR iniciou em setembro a sua campanha “Biblioteca Solidária”. A mobilização é permanente e visa a arrecadar livros (didáticos, de literatura e jurídicos), apostilas escolares, manuais e outras publicações do gênero, que possam ser enviados para as bibliotecas das penitenciárias do estado.

As doações vão contribuir para que os presidiários possam ter melhor acesso à

educação - caminho seguro para a reinserção social e a valorização humana. A entrega das doações podem ser feitas no 11º andar do prédio anexo administrativo (Avenida Vicente Machado, 400, Curitiba). Com as doações, a Comissão de Responsabilidade Social do TRT já entregou cerca de 900 livros para as penitenciárias.

Informações podem ser obtidas pelo e-mail: [responsabilidadesocial@trt9.gov.br](mailto:responsabilidadesocial@trt9.gov.br) ou pelo telefone (41) 3310-7470.

## Doação de livros infanto-juvenis

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT da 9ª Região realiza desde 24 de setembro campanha de doação de livros infanto-juvenis. A arrecadação visa - por ocasião do Dia das Crianças - a apresentar crianças da Escola Municipal Padre Boleslau Liana (Balsa Nova) e os menores aprendizes do Instituto Salesiano (Curitiba) com livros infantis, infanto-juvenis e didáticos, jogos educativos, literatura bíblica, cadernos, lápis, borracha, artigos para desenhos - novos ou usados em condições de uso.

As doações podem ser entregues até o dia 5 de outubro, na Comissão de Responsabilidade Social - 11º andar do anexo administrativo da Av. Vicente Machado (400). Outras informações: (41) 3310-7470.

## Processos findos doados

A 4ª Vara do Trabalho de Maringá doou 840 quilos de papel e papelão à Cooperativa Maringá de Seleção de Materiais Recicláveis - Coopermaringá, que reúne os catadores de papel da cidade.

O material é resultante da fragmentação mecânica de 1.718 processos que já se encontravam em arquivo definitivo.

## Balanco do Dia da Saúde

A Secretaria de Recursos Humanos do TRT divulgou os números finais das atividades de 2007 alusivas ao Dia Mundial da Saúde, realizadas pelo Setor Médico-Odontológico em parceria com a Unimed em Curitiba.

Foram realizados 497 procedimentos de enfermagem na ocasião, dos quais 171 se referem a verificações de pressão arterial, 153 a exames de nível glicêmico e 173 à apuração de índices de massa corporal. Em cada exame efetuado, o servidor foi orientado quanto à prevenção de doenças como a hipertensão e o diabetes, com informações dos profissionais da área de saúde, relativas à alimentação. Foram distribuídos, na oportunidade, cerca de 1.500 folders contendo dicas preventivas de enfermidades.

## Aberta mostra de poesias “Desnortes”

No dia 14 de setembro, foi aberta no hall de entrada do Fórum de Primeiro Grau de Curitiba a mostra de poesias intitulada “Desnortes”, dos servidores Jeferson Luiz Cadamuro Nunes e Ivanilda Maria Menon, lotados, respectivamente, nas 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Maringá.

Ivy, nascida em Cornélio Procopio (PR) e Jeferson em Mandaguçu (PR), acreditam poder compartilhar emoções com outras pessoas, já que o ser humano sempre se identifica com alguns sentimentos que os poetas têm a coragem de expor.

Ivy confessa a sua admiração e a influência dos poetas Mário Quintana, Fernando Pessoa, Paulo Leminski e Cora Coralina. Em dezembro de 2006, venceu o I Concurso Carioca de poesia promovido pela Associação Brasileira Cultural de Apoio à Cidadania (Abraci) que contou com as parcerias da Academia Brasileira de Letras (ABL), da Federação Nacional de Cultura (Fenac) e da Oficina de Literatura Cairo Trindade. Parte do prêmio foi o lançamento de seu primeiro livro de poesia, “Flores Amarelas”, em abril de 2007. Foi eleita para integrar a Academia de Letras de Maringá, onde ocupa desde 1º de setembro a Cadeira 31, que tem como patrono Olavo Bilac e poeta

fundador Elidir d’Oliveira.

Sua poesia está em sites como [www.jornalmundodoslivros.com.br](http://www.jornalmundodoslivros.com.br); [www.supersitegood.com](http://www.supersitegood.com); [www.poesiapura.com](http://www.poesiapura.com); [www.almadepoeta.com.br](http://www.almadepoeta.com.br) e [www.afacci.com.br](http://www.afacci.com.br), da Academia de Letras de Maringá.

A servidora Ivanilda é bacharel em Direito. Ingressou no TRT da 23ª Região (MS) em 1993, no cargo de Técnico Judiciário. Em 1995, redistribuída com reciprocidade para o 9º Regional, foi lotada na 4ª Vara de Maringá, onde permanece.

O servidor Jeferson é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá, com especialização em Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa. Participou de vários concursos nacionais, a exemplo do promovido pela DirecTV, onde recebeu como prêmio uma viagem ao México. Mas, sua estréia no mundo literário foi em junho de 2007, com o livro de poemas “Uma folha seca caiu no meu colo no primeiro dia do ano”, tendo o projeto sido viabilizado pela Lei de Incentivo à Cultura, da Prefeitura do Município de Maringá. Jeferson ingressou no 9º Regional



A vice-presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista (ao centro), prestigiou a abertura da exposição de Jeferson Nunes e Ivy Menon

em 1990, no cargo de Técnico Judiciário, estando lotado na 2ª Vara do Trabalho de Maringá desde então.

A mostra de poesias “Desnortes” poderá ser vista até o dia 17 de outubro. Está aberta ao público externo das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira. O projeto “Prata da Casa” visa a incentivar a produção artística e cultural de juizes e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná.

Outras informações: (41) 3310-7309 - Assessoria de Comunicação do TRT - PR.

## Sistema de conciliação do TRT-PR apresentado a advogados

No dia 20 de setembro, a desembargadora federal do Trabalho Sueli Gil El Raffhi, auxiliada pelos servidores Vanderli Garcia e Marieta Siqueira Nobile (designados pela administração da Corte), apresentou para um grupo de advogados de reclamantes a nova dinâmica da Justiça do Trabalho do Paraná para as conciliações. A reunião foi realizada na sobreloja do prédio-sede do TRT-PR, onde está instalado o Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau.

Os advogados presentes à reunião acolheram por unanimidade a iniciativa do

TRT-PR, enaltecendo-a, e comprometeram-se em apresentar o sistema para seus clientes, orientando-os à busca da conciliação. A ampla divulgação do sistema de conciliação para os demais colegas de classe foi outro compromisso firmado pelos advogados.

Criados recentemente pela Resolução Administrativa 18/2007, os Juízos Auxiliares de Comissão de 1º e 2º Grau do TRT do Paraná têm a finalidade de desenvolver na Justiça do Trabalho do Paraná as atividades idealizadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## Conciliação em Ponta Grossa



Uma das audiências de conciliação realizada na 2ª VT de Ponta Grossa

A 2ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa promoveu, em 27 de setembro, o “Dia da Conciliação” para processos que se encontravam, exclusivamente, na fase de execução. Das 25 audiências marcadas para a data houve acordo em nove e seis processos ficaram pendentes de ofício para fechamento de acordo. As audiências foram presididas pelo juiz substituto Antonio Marcos Garbuio.

## Programa de rádio online

O programa de rádio “Justiça do Trabalho Responde”, que desde junho de 2005 é transmitido pela Rádio Clube Paranaense AM - Rádio B2 - está disponível agora no site do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná ([www.trt9.gov.br](http://www.trt9.gov.br)), no link “Notícias”. O programa é voltado ao esclarecimento de dúvidas sobre direitos trabalhistas. Os ouvintes podem encaminhar perguntas para o e-mail [trtresponde@trt9.gov.br](mailto:trtresponde@trt9.gov.br).

O quadro vai ao ar na Rádio Clube com alcance mundial em ondas curtas, no programa “Revista Matinal”, a partir das 6 horas.

## Nona avaliado

Em 24 de setembro, a Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR disponibilizou via intranet uma pesquisa com proposta de avaliar o interesse de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná pelas diferentes matérias jornalísticas, institucionais e colunas do informativo **Nona**. Com o resultado obtido, pretende-se produzir um periódico cada vez mais eficiente e atrativo. A pesquisa será finalizada em 19 de outubro. Após tabulação, o resultado será divulgado no informativo **Nona** e na intranet.

## Victório Ledra

Juiz do TRT da 12ª Região aposentado e primeiro presidente da Amatra-IX

### “Reuniões de quarta-feira”

Iniciou suas atividades profissionais como professor de Português e Francês e assistente da Direção no Ginásio Pio XII de Três de Maio (RS) durante quatro anos, a partir de 1956. Em 1961 e 1962 trabalhou como auxiliar de administração na Secretaria da Administração do estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Simultaneamente lecionou Latim e Literatura Brasileira e Portuguesa no Curso Gosch, da capital Gaúcha. Em fins de 1962 bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Tem Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Bagé (RS). De 1963 a 1967 exerceu a Advocacia na cidade de Cachoeira do Sul (RS). No mesmo período foi diretor do Colégio Estadual Borges de Medeiros da mesma Cidade. Ingressou na magistratura como juiz do Trabalho substituto em novembro de 1967, tendo judicado nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Santa Cruz do Sul, sempre no Rio Grande do Sul, até meados de 1971, quando assumiu a presidência da recém-criada JCJ de Brusque (SC), como seu primeiro titular. De 1971 a fins de 1976, concomitantemente com a magistratura, exerceu o magistério, como professor de Direito Social na Fundação Educacional de Brusque e como professor de Instituições de Direito Público e Privado e de Direito Internacional Privado na Fundação Universidade Regional de Blumenau (SC). De fins de 1976 a meados de 1979 atuou como juiz-presidente da 4ª JCJ de Curitiba (PR). A partir de então trabalhou com presidente da JCJ de Guarapuava, (PR), na condição de seu primeiro titular. Concomitantemente, acumulou a presidência da JCJ de União da Vitória (PR) e da recém-criada JCJ de Caçador (SC), nesta também como seu primeiro presidente. Em fins de 1980 retornou à presidência da JCJ de Brusque (SC). Em fins de 1981 assumiu como juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho de Florianópolis (12ª Região), integrando sua primeira composição, onde atuou até novembro de 1994, quando se aposentou. Durante esse mesmo período exerceu os cargos de vice-presidente, presidente e corregedor do mesmo TRT. Atualmente exerce a advocacia.

**Antes do surgimento da Amatra-IX, o senhor e outros magistrados reuniam-se para discutir problemas teóricos e práticos relacionados ao exercício da função da magistratura, bem como a respeito do funcionamento dos órgãos do Judiciário. Como eram as reuniões que culminaram com a criação da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região?**

Até assumir a presidência da 4ª JCJ de Curitiba eu não havia vivido a experiência de trabalhar em cidade de maior porte, em que a jurisdição trabalhista era dividida entre vários colegas. Em Curitiba só havia quatro Juntas, com um movimento de mais de 4.000 processos anuais. E não havia juízes substitutos. O TRT do Paraná era jovem, desmembrado que fora do de São Paulo, para, juntamente com Santa Catarina, antes jurisdicionada pelo TRT de Rio Grande do Sul, formar a IX Região da Justiça do Trabalho. Dois dos juízes do Trabalho de Curitiba, Indalécio Gomes Neta e Victório Ledra provinham dos quadros da IV Região e ou outros dois, Leonardo Abage e Délvio José Machado Lopes, da II Região. O primeiro era gaúcho, o segundo, catarinense, o terceiro, paranaense e o quarto paulista. E nem sempre os métodos de trabalho e a forma de interpretação das normas processuais de uns e de outros eram iguais... O TRT de São Paulo, ao menos ultimamente, não vinha dando atendimento adequado à jurisdição do Paraná. Faltavam juízes. A 4ª JCJ, por exemplo, quando assumi, tinha centenas de processos conclusos para sentença. Os advogados com frequência reclamavam: Em cada JCJ há procedimentos diferentes... Um juiz age desta forma, outro daquela... Um decide assim, outro assado... Numa JCJ a pauta estava muito longa, noutras mais curta... Uma incluía X processos em pauta, outra Y... Uma ouvia as testemunhas na primeira audiência, a outra só ouvia as partes ou só colhia a contestação e tentava o acordo...E assim por diante. E tinham razão. Também os serviços dos Oficiais de Justiça tinham sérios problemas a serem solucionados. Resolvi tomar a iniciativa. Convidei os demais colegas de primeiro grau de Curitiba para jantarmos juntos numa quarta-feira, após o expediente. Durante o jantar, discutiríamos nossos problemas do dia-a-dia. Foi assim que surgiram as “Reuniões das Quarta-feiras”. Todas as quartas nos reuníamos em redor de uma mesa de jantar e discutíamos assuntos de interesse da jurisdição. Começamos a unificar, com muito proveito prático, uma série de procedimentos. Sob minha coordenação, por delegação dos colegas, passamos a controlar nossas pautas de audiências, de sorte que andassem mais ou menos juntas. Mensalmente definíamos o número de processos que cada juiz incluiria em pauta. Semanalmente um de nós se encarregava de estudar determinada matéria de nosso interesse, previamente escolhida, principalmente de caráter procedimental, mas também de natureza substantiva, expô-la aos demais e propor soluções, que, quando obtinham o apoio da maioria eram adotadas por todos. Unificamos inúmeros procedimentos e entendimentos. Desenvolvemos nosso espírito de solidariedade. Racionalizamos nosso trabalho e melhoramos nosso relacionamento com os advogados. Numa dessas reuniões sugeri que criássemos a Associação dos Magistrados Trabalhistas da IX Região. A idéia foi bem acolhida e eu encarregado de elaborar o projeto dos estatutos, o que fiz com base nos das AMATRAS da II Região e da IV Região, das quais provinhamos. Discutidos, aperfeiçoados e aprovados preliminarmente os estatutos, constituímos Comissão Organizadora, cuja coordenação me impuseram, convocamos assembléia geral e fundamos a AMATRA IX, de que fui eleito o primeiro presidente. Em nada e nunca nos faltou o decidido e estimulante apoio da administração do TRT. Em razão de tais circunstâncias, costumo dizer que nossas reuniões das quartas-feiras, uma espécie de associação

---

de fato, foi o embrião que gerou nossa AMATRA IX.

### **No dia 5 de agosto de 1977, em cerimônia realizada durante sessão solene do TRT do Paraná, foi empossada a primeira diretoria da (Amatra-IX). Que lembranças o senhor tem daquele dia?**

Já lá se vão 30 anos. Mas algumas lembranças ficaram. Não é usual realizar-se uma sessão solene de um Tribunal para dar posse a uma Associação de Magistrados. Mais comumente, na própria assembléia geral que cria a entidade e aprova seus estatutos a Comissão Organizadora dá posse à primeira diretoria eleita. No caso, porém o próprio Tribunal Regional fez questão de dar posse à diretoria e conselho fiscal em sessão solene, com a presença de todos os seus membros, num ato de invulgar prestígio à entidade nascente. Desde o primeiro momento a AMATRA IX contou com o total apoio de TRT da IX Região, na pessoa de seu presidente, Alcides Nunes Guimarães, de seu vice, José Luiz Guimarães Falcão e de todos os seus membros, o que foi de grande valia para a novel Associação. Outra recordação muito positiva que me ficou na memória refere-se à honrosa presença de autoridades ilustres, tais como a de todos os juízes presidentes das J CJ do Paraná e de Santa Catarina, do representante da OAB do Paraná, do magistrado Ary Florêncio Guimarães, representando a Associação dos Magistrados do Paraná, do magistrado Antônio Cezar Pereira Viana, presidente da AMATRA IV, do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, cujo nome me fugiu da memória e de vários juízes federais, entre outros. O jantar, que se seguiu à sessão solene de posse, realizado no restaurante do SENAC, deixou saudades, não tanto pela excelência dos pratos servidos, quanto pelo ambiente descontraído e pela qualidade da intensa confraternização entre os magistrados dos quadros do TRT da IX Região e convidados. O terceiro destaque iria para nossa efetiva participação no X Congresso Nacional dos Magistrados Brasileiros, realizado em Curitiba em 1978, como parte de uma política de aproximação entre os magistrados do Trabalho e a magistratura dos estados, numa época em que esta parecia considerar os demais ramos do Poder Judiciário do Brasil como apêndices periféricos...

### **Já no início de sua fundação, a Amatra-IX realizou ações políticas em favor das prerrogativas dos magistrados trabalhistas e foi responsável pela participação da entidade em eventos locais e nacionais. Das atividades iniciais, quais mais marcaram o senhor?**

Na verdade, não estávamos muito preocupados com a defesa das prerrogativas dos magistrados Trabalhistas, mas com a defesa de seus justos interesses, com o aperfeiçoamento das instituições judiciárias, com o aprimoramento cultural dos associados, com a solução prática dos problemas do dia-a-dia, enfrentados no exercício da função jurisdicional e com a solidariedade e conagração da classe. Na perseguição de tais objetivos estatutários, três eventos talvez mereçam destaque especial entre os demais realizados pela primeira Diretoria da AMATRA IX. O primeiro deles foi o primeiro encontro dos magistrados do Trabalho da IX Região, realizado de 19 a 21 de maio de 1978, numa época em que eventos dessa natureza eram uma raridade. Não fosse o decidido apoio do Tribunal Regional do Trabalho, o sucesso, evidentemente, não teria sido tão satisfatório. Com enfoque no Direito Processual do Trabalho, na busca de uniformização de procedimentos e de soluções práticas para os problemas vivenciados pelos juízes, com o objetivo de otimizar a prestação jurisdicional, as atividades de caráter cultural, como conferências e debates foram de alto nível e sumo proveito. A frequência, a qualidade dos trabalhos, bem como o conagração foram excelentes. O segundo destaque vai para a primeira (talvez a única) reunião realizada entre todos os juízes do Trabalho da capital e os advogados Trabalhistas de Curitiba, na sede do Centro Cultural Ítalo-brasileiro Dante Alighieri. Compareceram mais de 40 advogados, a nosso convite. Na abertura da reunião, após esclarecer, como previamente anunciado, as finalidades da reunião, promulguei a única lei que regeria aquela assembléia, ou seja: “a lei da boca livre”. Cada um dos presentes, advogados ou juízes, podia dizer o que melhor entendesse, tecer as críticas que melhor lhe aprouvesse, dar as sugestões que julgasse convenientes, com toda a clareza e sem restrições. Naturalmente, quem diz o que quer deve estar disposto a, eventualmente, ouvir o que não quer. Os resultados foram muito bons. Colhemos sugestões, ouvimos críticas, umas rebatidas outras aceitas, discutimos formalidades e procedimentos, apresentamos nossas sugestões e críticas construtivas, aparamos arestas. Nosso relacionamento melhorou, a agressividade de alguns amainou. Muitos inconvenientes foram superados, a partir daquela reunião, na qual insistimos na tese de que, em última análise, juízes e advogados devem trabalhar juntos para a realização da justiça e da paz social, os advogados na defesa dos legítimos interesses de seus clientes e os juízes na garantia dos legítimos interesses de ambos os litigantes. Foi nessa ocasião que sugeri aos advogados que criassem a Associação dos Advogados Trabalhistas, como órgão representativo da classe, apto a manter diálogo com as autoridades judiciárias e apresentar-lhe suas reivindicações, sem nenhum caráter pessoal. A idéia foi bem aceita e implementada a seguir. Tudo terminou num jantar de confraternização.

### **Em 1981, com a criação e TRT da 12ª Região, Santa Catarina deixou de integrar a 9ª Região. O senhor optou pelo Estado vizinho. Foi difícil essa decisão?**

Nenhuma dificuldade. Quando o TRT da XII Região foi criado, quase de surpresa, quando ninguém esperava, eu já havia retornado a presidir a J CJ de Brusque, havia mais de um ano. Não precisei optar, na ocasião. Ademais, sou catarinense. Fui o único juiz de carreira catarinense a integrar a primeira composição do TRT de Florianópolis.

### **Passadas quatro décadas desde seu ingresso na magistratura, que diferenças entre aquela época e a atual o senhor exporia, no que tange ao exercício judicante?**

Após 13 anos de afastamento das atividades judicantes sinto-me tão desatualizado que não tenho condições de responder com segurança. Mas as diferenças são muitas e muito profundas. Sou do tempo em que as máquinas de escrever eram mecânicas. As elétricas vieram depois... Os órgãos judiciários eram muito mal equipados. A informática inexistia. E quando apareceu, ao Poder Judiciário não eram disponibilizadas verbas para informatizar-se. Cito o exemplo do TRT da XII Região. Na primeira presidência, do magistrado Rufino, o Tribunal só dispôs de verba que lhe permitiu comprar um primitivo microcomputador, do tipo que se usava mais para cálculos de engenharia, como uma máquina de calcular sofisticada. Na

---

presidência do magistrado Caccciari, nada. Na minha, incluí no Orçamento pedido de verba para informatizar os órgãos judiciários de toda a Região. Só me destinaram verba para comprar um microcomputador. A presidente magistrado Ione viveu época de penúria sem par. Somente na quinta presidência, do juiz Grillo, já na década de 90 começou realmente o processo de informatização do Tribunal, implementado a nível de primeira e segunda instância nos anos sucessivos. A introdução da informática, do processamento de dados, foi a maior mudança, uma verdadeira revolução na agilização e aprimoramento dos serviços judiciários. Outra mudança notável que se poderia apontar é a que decorre da ampliação da competência da Justiça do Trabalho. Este problema, por recentíssimo, não vivenciei. Temo que funcione como fator de desaceleramento na entrega da prestação jurisdicional no Judiciário Trabalhista, como redutor da tradicional eficiência em matéria de celeridade. Para o jurisdicionado abrangido no âmbito do aumento de competência, os resultados serão altamente benéficos. Mas a sobrecarga de serviço para os magistrados e pessoal de apoio pode vir a tornar-se insuportável, levando-os à exaustão e sérios problemas de saúde, a não ser que o Poder Público equipe o Judiciário Trabalhista, pessoal e materialmente, na proporção do trabalho acrescido com o aumento da competência. Tomara que a realidade não venha a revelar que o Judiciário Trabalhista “buscou sarna para se coçar...”